

Desafios e Impactos: A Perspectiva de Estudantes Cotistas sobre as Políticas de Ação Afirmativa na Uern¹

Ana Quitéria da Silva Vieira²

Guilherme Paiva de Carvalho³

Resumo

No Brasil, são profundos os desafios relacionados ao racismo e às desigualdades, especialmente no ambiente educacional. As ações afirmativas nas universidades públicas, adotadas no início do século XXI, são fundamentais na inclusão e reparação dessas desigualdades. A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern), apesar do pioneirismo na implementação de ações afirmativas, ainda carece de estudos sobre suas políticas. Através de entrevistas semiestruturadas com estudantes, a pesquisa aborda, mediante uma abordagem qualitativa, como esses avaliam e percebem essa política, implementada no ano de 2020. Os resultados destacam a sua importância, bem como a necessidade de melhorias e manutenção.

Palavras-chave

Ações afirmativas; Avaliação; Desigualdades; Estudantes Cotistas.

Challenges and Impacts: The Perspective of Quota Students on Affirmative Action Policies at Uern

Abstract

In Brazil, the challenges faced related to racism and inequality are profound, especially in the educational environment. Affirmative action in public universities, adopted at the beginning of the 21st century, are fundamental for the inclusion and repair of these inequalities. The State University of Rio Grande do Norte, despite its pioneering nature in implementation of affirmative actions, still lacks studies on its policies. Through semi-structured interviews with students, the research addresses, using a qualitative approach, how they evaluate and perceive this policy, implemented in 2020. The results highlight the importance of these policies, in addition to identifying areas for improvement and maintenance.

Keywords

Affirmative actions; Evaluation; Inequalities; Quota Students.

Artigo recebido em junho de 2024

Artigo aceito em agosto de 2024





Introdução

O Brasil enfrenta desafios profundos relacionados ao racismo e à desigualdade social, que permeiam diversas esferas da sociedade, incluindo o ambiente educacional. Nesse contexto, as políticas de ação afirmativa assumem um papel crucial como ferramentas de inclusão e reparação dessa desigualdade, especialmente em universidades públicas como é o caso da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern).

A desigualdade constitui um problema que perpassa pela história das sociedades, adquirindo especificidades em diferentes contextos. No caso de países da América, na modernidade, a desigualdade social se relaciona com a formação histórica de comunidades que vivenciaram processos de colonização. Em tais sociedades, as desigualdades se associam a estruturas sistêmicas que reproduzem práticas de discriminação racial, relações assimétricas de gênero, mecanismos de estigmatização e exclusão social. Assim, grupos étnicos afrodescendentes e indígenas foram excluídos do acesso à educação e qualificação profissional, tendo, por conseguinte, dificuldades para inserção no mercado de trabalho.

Para atenuar o problema das desigualdades educacionais e proporcionar o acesso ao ensino superior e a qualificação profissional de grupos étnicos marginalizados, países como Canadá, Estados Unidos, México, Venezuela, Cuba, Argentina e Brasil implementaram políticas de ação afirmativa (CHIROLEU, 2009; 2013; KATCHANOVSKI; NEVITTE; ROTHMAN, 2015). O Brasil passou a adotar essas políticas somente no início do século XXI. No entanto, a defesa de ações afirmativas no cenário político brasileiro remete à década de 1980.

O final dos anos 70 do século XX é marcado, no Brasil, pela fundação do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR), em São Paulo, denunciando o mito da democracia racial e exigindo políticas reparadoras para afro-brasileiros. Lélia Gonzalez, filósofa, feminista e ativista, cofundadora do MNUCDR, destaca em sua

teoria a reprodução das desigualdades raciais e as intersecções com classe, raça e gênero (GONZALEZ, 2020).

No livro *Lugar de Negro*, publicado em 1982, Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982, p. 89) mostraram como a “raça” se constitui como um fator relacionado com a “reprodução das classes sociais” e a “distribuição dos indivíduos nas posições da estrutura de classe e dimensões distributivas da estratificação social”. O racismo institucional, sistêmico e epistêmico favorece a branquitude no acesso à educação, capital cultural e formação, limitando a ascensão de negros, pardos e indígenas devido à exclusão escolar e estratificação social. Desse modo, a reprodução das desigualdades raciais no Brasil caracteriza a sociedade como uma estrutura na qual prevalece a injustiça social.

Em 1983, o então deputado federal Abdias Nascimento propôs o Projeto de Lei 1.332. Tratava-se de um conjunto de ações compensatórias para a população negra, incluindo o acesso ao ensino público em todos os níveis e a inclusão do estudo das culturas africanas e afro-brasileiras na educação, entre outras ações voltadas para a equidade racial (NASCIMENTO, 2013). O referido projeto não avançou em um contexto marcado pela afirmação da inexistência do racismo no Brasil e o predomínio do mito da democracia racial no imaginário social, reforçado pelo predomínio do paradigma epistemológico eurocêntrico no sistema universitário.

No âmbito acadêmico, o debate sobre a adoção de ações afirmativas por meio de cotas raciais no ensino superior público brasileiro adquiriu mais visibilidade somente no final do século XX e início do século XXI. Rita Segato (2004) e Jorge de Carvalho (2001; 2004) fomentaram esse debate, apontando as práticas de discriminação racial existentes na sociedade brasileira e o racismo acadêmico prevalecente no sistema universitário. Segundo Rita Segato (2004, p. 64), “a ação silenciosa da discriminação automática torna o racismo”, no Brasil, “uma prática estabelecida, costumeira, mas dificilmente detectável”.





O racismo institucional, sistêmico e epistêmico privilegiou a branquitude no espaço universitário. Na Universidade de Brasília (UnB), por exemplo, no início do século XXI, Jorge Carvalho (2001) mostrou que o corpo docente “das Faculdades de Saúde, de Jornalismo, de Direito, de Relações Internacionais, de Medicina, de Odontologia nunca” tinha visto estudantes negros/as nos cursos ofertados por essas faculdades. Um levantamento realizado em 2001 destacou que apenas 1% do corpo docente da Universidade de Brasília (UnB) era composto por pessoas negras.

Conforme ressalta Carvalho (2004, p. 12), intelectuais que se dedicaram ao estudo das culturas africanas e afro-brasileiras, como Guerreiro Ramos, Edison Carneiro e Clóvis Moura, não lecionaram “em nenhuma das universidades de renome do país”. É importante acrescentar a exclusão de pensadoras negras como Lélia Gonzalez, caracterizando o racismo e o sexismo epistêmico que estrutura o sistema universitário brasileiro. Esse racismo interseccionado com o sexismo se reflete nos currículos dos cursos do ensino superior das “universidades ocidentalizadas” (GROSFOGUEL, 2016, p. 25). O racismo e o sexismo epistêmico constituem paradigmas difundidos por currículos, dispositivos e manuais científicos, reproduzindo a estrutura de conhecimento hegemônica no sistema universitário, o qual exclui a pluralidade de saberes e privilegia a branquitude epistemológica masculina. Frantz Fanon (2008) evidenciou como as obras literárias, a educação, os livros didáticos e científicos formam as subjetividades, reforçando a ideia de superioridade da cultura do colonizador e a inferioridade dos povos colonizados, considerados selvagens. Na perspectiva de Fanon (2008), a estrutura racista da sociedade dificulta a identificação com a negritude.

Perspectivas epistemológicas desenvolvidas por homens brancos de países da Europa e dos Estados Unidos tornam-se paradigmas, direcionando as pesquisas nas atividades cotidianas das universidades ocidentalizadas. Como sugere Ramón Grosfoguel (2016, p. 25), a legitimidade e o “monopólio do conhecimento dos homens ocidentais tem gerado

estruturas e instituições que produzem o racismo/sexismo epistêmico, desqualificando outros conhecimentos e outras vozes críticas [...]”.

A adoção de ações afirmativas, baseada em cotas raciais, pela Universidade de Brasília (UnB), em 2003, nacionalizou o debate no meio acadêmico brasileiro. A UnB foi a primeira universidade federal a adotar políticas desse tipo, no ano de 2003. Ao contrário das instituições de ensino superior municipais ou estaduais, as universidades federais são dotadas de grande autonomia administrativa, assegurada pela Constituição Federal de 1988. Assim, a iniciativa da UnB demonstrava que as universidades federais não estavam à margem do debate em torno das ações afirmativas raciais, abrindo precedente para que outras instituições do mesmo seguimento adotassem políticas semelhantes de forma autônoma. Vale ressaltar que as universidades estaduais cariocas já mencionadas tiveram a política implementada em forma de lei estadual.

A Lei 12.711 de 2012 instituiu o programa de acesso ao ensino superior para estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas em universidades e institutos federais. No referido programa incluem-se estudantes que cursaram o ensino médio ou fundamental em escolas públicas. Em 2023, a Lei 14.723 alterou o programa para o acesso ao ensino superior nas instituições federais, incluindo estudantes de famílias com renda igual ou inferior a 1 (um) salário-mínimo e estabelecendo o acompanhamento de dados sobre acesso, permanência e conclusão de pessoas beneficiárias e não beneficiárias do programa.

No caso das universidades estaduais, estudos mostram que há poucas pesquisas sobre a implementação de políticas de ação afirmativa em instituições localizadas nas regiões Norte e Nordeste. É o caso da Uern, que, apesar de ser precursora na implementação de cotas sociais no Brasil, não dispõe de dados sobre o acesso, a permanência e a conclusão de beneficiários(as) e não beneficiários(as) das referidas políticas na Instituição. Entende-se que a tradição em pesquisa e a experiência na pós-graduação *stricto sensu* tem início em 2007 nas





áreas de Física, Computação e Letras. Assim, a Uern implantou políticas de ação afirmativa, mas não promoveu estudos para avaliar e acompanhar a implementação dessas políticas.

Ao analisar a problemática das desigualdades sociais e das políticas de ação afirmativa é importante considerar “as relações interseccionais de poder [...] em sociedades marcadas pela diversidade” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 15). O presente estudo propõe uma análise sobre as desigualdades sociais e as políticas de ação afirmativa a partir da experiência de uma universidade estadual da região Nordeste, a Uern.

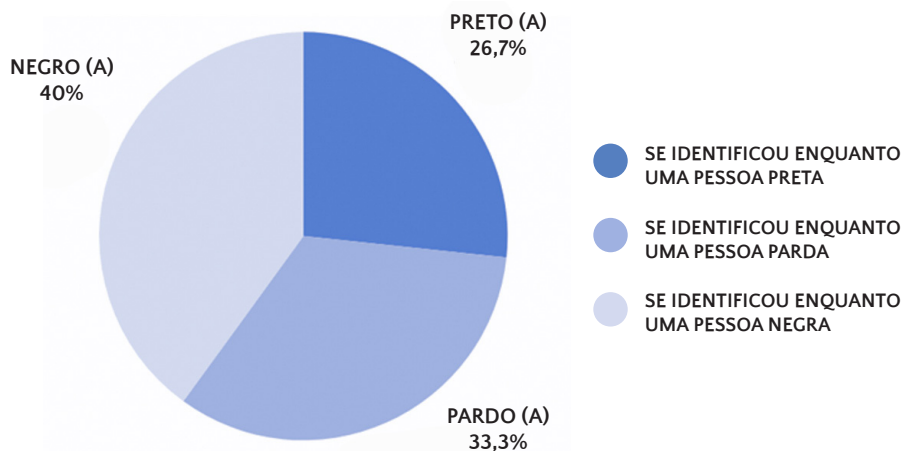
A Uern tem desempenhado um papel pioneiro na implementação de ações afirmativas no contexto educacional do Nordeste brasileiro, adotando cotas sociais por meio da Lei Estadual nº 8.258, de 27 de dezembro de 2002. Essas políticas visam não apenas aumentar a diversidade étnico-racial entre seus estudantes, mas também promover uma educação mais inclusiva e equitativa. Este estudo se propõe a investigar como os(as) estudantes da própria universidade percebem e experienciam essas políticas, examinando suas opiniões, desafios enfrentados e impactos percebidos. Ao entender as perspectivas dos(as) próprios(as) beneficiários(as) das ações afirmativas, buscamos não apenas avaliar a eficácia dessas políticas, mas também contribuir para um debate mais aprofundado sobre como superar as desigualdades raciais no ensino superior brasileiro.

Nesse contexto, é crucial salientar que esta avaliação se concentra na perspectiva dos(as) estudantes desta pesquisa, que são alunos e alunas cotistas admitidos(as) na Uern por meio de cotas raciais quando essas foram implementadas pela primeira vez. Utilizando uma abordagem qualitativa com entrevistas semiestruturadas, a pesquisa investigou os desafios enfrentados e os impactos percebidos por esses(as) estudantes. Entre agosto e setembro de 2023, foram conduzidas 15 entrevistas com estudantes dos cursos de Ciências Sociais, Direito, Comunicação Social, Pedagogia, Medicina e Enfermagem.

Por meio dessa avaliação, busca-se não apenas compreender os impactos das políticas de ação afirmativa na inclusão educacional, mas também identificar áreas de melhoria e desenvolvimento para garantir que todos(as) os(as) estudantes não apenas tenham acesso ao ensino superior, mas também condições adequadas para permanecer e concluir seus estudos. A análise das experiências dos(as) estudantes cotistas na Uern possibilita a identificação de desafios específicos enfrentados por esse grupo, fornecendo percepções valiosas sobre como melhorar o suporte acadêmico, financeiro e emocional oferecido aos alunos e alunas em situação de vulnerabilidade. Além disso, essa avaliação contribuirá para o aprimoramento contínuo das políticas de ação afirmativa, visando a promoção de uma educação superior mais inclusiva e equitativa para todas as pessoas.

Identificação Racial Entre Estudantes Cotistas

Para uma compreensão mais completa da visão dos(as) estudantes sobre o processo de admissão e as etapas enfrentadas até o ingresso, é fundamental considerar como esses(as) estudantes se identificam racialmente. Portanto, entender a autodeclaração racial dos(as) participantes da pesquisa permite uma análise mais aprofundada das experiências vivenciadas durante o processo seletivo e após o ingresso na universidade. Observemos, por meio do gráfico abaixo, como os(as) estudantes responderam à questão sobre identidade racial:

Gráfico 1 - Identificação racial dos estudantes

Fonte: Autores

Conforme demonstrado no gráfico, 40% dos(as) estudantes de nossa pesquisa, que entrevistou 15 estudantes cotistas que ingressaram na Uern em 2020, se identificaram como pessoas negras. Em contrapartida, 33,3% e 26,7% se identificaram, respectivamente, como pardos e pretos. É importante ressaltar que a identificação racial dos(as) estudantes cotistas não devem ser vista apenas como um dado estatístico, mas sim como uma expressão de suas vivências e realidades sociais. Cada uma das respostas a esse questionamento trouxe à pesquisa uma visão única sobre o processo identitário dos alunos e das alunas, destacando a importância de fomentar debates sobre identidade não apenas no ambiente acadêmico, mas também na sociedade em geral. Podemos analisar algumas das falas dos(as) estudantes para exemplificar nossa discussão:

Eu entrei no curso me vendo como uma pessoa parda, só que aí com o passar do tempo a gente vai adquirindo letramento racial e hoje eu entendo e considero uma pessoa negra porque eu entendo que preto e pardo é para segregar. Então eu falo que eu sou negra nesse sentido de unir forças e combater o racismo (Estudante 01, 2023).

Na certidão, parda. Quando entrei na Uern, me declarei parda. Mas eu me considero preta (Estudante 03, 2023).

Para compreendermos o contexto por trás dessas falas, é importante voltar à discussão sobre o significado e a forma como a identificação racial é construída entre as pessoas. Inicialmente, ao considerarmos a etimologia do termo "raça", Silvio Almeida (2019) esclarece:

Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas (ALMEIDA, 2019, p.18).

A definição do termo "raça" apresenta uma complexidade considerável. Além do conceito biológico, baseado na cor da pele ou características físicas específicas, e da definição cultural, que associa raça a hábitos e costumes, é crucial compreendê-la como um fenômeno social. No contexto do Brasil, país marcado pela miscigenação, definir raça é um desafio maior, permeado pela complexidade das relações raciais e pela história de opressão e discriminação (FREYRE, 2004). A diversidade étnica e cultural é uma característica fundamental da identidade brasileira.

Essa diversidade explica a ideia de que as relações raciais no Brasil eram inicialmente vistas como harmoniosas devido à miscigenação, sustentando o mito da democracia racial. Contudo, enfrentamos a dura realidade do racismo estrutural enraizado em nossa sociedade, evidente em todas as esferas da vida, incluindo o acesso à educação e ao emprego.

Definir raça nesse contexto é delicado, pois não se limita à cor da pele ou características físicas, mas é uma construção social moldada por fatores históricos, culturais, políticos e econômicos. Reflete as relações de poder e hierarquias sociais presentes em nossa sociedade.





A identidade racial no Brasil é fluida e multifacetada. Muitos brasileiros têm ascendência mista e se identificam com mais de uma raça ou etnia, o que demonstra a complexidade das relações raciais em um país marcado pela miscigenação. Por isso, requer uma abordagem sensível e contextualizada, considerando não apenas características físicas, mas também experiências históricas e sociais das diferentes comunidades étnicas.

As falas dos(as) estudantes 01 e 03 demonstram de forma real a complexidade do tema, mostrando como ela pode evoluir ao longo do tempo. Essas reflexões estão intrinsecamente ligadas às discussões sobre definição de raça e colorismo, termo cunhado pela ativista negra e escritora Alice Walker em 1982, ao observar que pessoas de pele mais clara e cabelos mais lisos eram mais aceitas socialmente e gozavam de privilégios não proporcionado aos indivíduos com traços fenotípicos negroides. De acordo com Aila Oliveira (2015), o colorismo pode ser entendido como uma escala que engloba uma diversidade de tonalidades dentro da comunidade negra, que vão desde tons mais claros até os mais escuros. Essa escala de cores reflete as diferentes experiências e tratamentos sociais baseados na tonalidade da pele.

Na prática, o colorismo se revela como uma das expressões da persistente busca pelo branqueamento. Assim, quanto mais próxima da tonalidade branca, maior é a aceitação do indivíduo, enquanto pessoas com uma pigmentação mais escura e traços fenotípicos mais marcantes enfrentam maior exclusão. No contexto brasileiro, isso se manifesta nas diferentes formas de tratamento e oportunidades concedidas com base na cor da pele. E essa discriminação pode influenciar a forma como as pessoas se identificam racialmente.

O depoimento do Estudante 01 revela uma reflexão profunda sobre a questão da diferenciação entre preto e pardo, destacando-a como uma estratégia de divisão no movimento e de enfraquecimento da luta contra o racismo. Essa análise ressalta a preocupação de que a distinção entre preto e pardo possa desvirtuar a identida-

de negra, reduzindo-a a uma mera questão de cores. Diante desse contexto, o estudante enfatiza sua identificação como negro como um ato de resistência contra o racismo, reafirmando sua pertença e compromisso com a luta coletiva.

A reflexão sobre a diferenciação entre preto e pardo e suas implicações na identidade racial é fundamental para compreendermos as complexidades do contexto racial no Brasil, onde o conceito de cor e raça é frequentemente permeado pelo colorismo. Essa hierarquia de tons pode influenciar não apenas as interações sociais, mas também as políticas públicas e as oportunidades de acesso à educação, emprego e saúde.

Ao questionar a divisão entre preto e pardo, o Estudante 01 evidencia a preocupação com a fragmentação da identidade negra e a diluição das lutas por igualdade racial, criando divisões internas e dificultando a mobilização coletiva em torno de demandas comuns. Assim, ao se identificar como negro como forma de resistência ao racismo, o Estudante 01 reafirma a importância da união e solidariedade entre os indivíduos negros na luta contra a discriminação e o preconceito racial. Ressalta-se a importância da afirmação da negritude (FANON, 2008).

Em suma, os depoimentos nos alertam para a necessidade de uma reflexão crítica sobre as categorias raciais no Brasil e suas repercussões na construção da identidade negra. Conforme estabelecido pelo Estatuto da Igualdade Racial, a população negra abrange aqueles que se autodeclararam pretos e pardos, conforme o quesito cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou pelos que adotam autodefinição análoga. Portanto, ao se identificar como pessoa parda, não se descaracteriza enquanto integrante da identidade negra.

No entanto, a preocupação dos estudantes com essa distinção é legítima quando consideramos que os demais grupos raciais existentes no Brasil tendem a ter uma resposta mais unânime à sua autodeclaração, deixando os grupos afrodescendentes em uma po-





sição mais fragmentada. Essa preocupação reflete a complexidade e a sensibilidade envolvidas na construção da identidade racial em um país marcado por profundas desigualdades e hierarquias sociais baseadas na cor da pele.

Experiências e Avaliações do Processo de Heteroidentificação

A complexidade em torno da identificação racial nos leva a um outro tópico da entrevista, em que os estudantes puderam expressar como foi a experiência e as sensações que sentiram ao serem avaliados por uma banca de heteroidentificação. Essas foram algumas das respostas apresentadas por eles:

E eu pensava “Meu Deus, será que eu sou negro? Será que vão me barrar?”. E quando eu olho pra trás, eu acho tão absurdo (Estudante 02, 2023).

Minha mãe é branca e meu pai é negro, então eu tenho traços de pessoa branca também, não tenho a pele retinta. E tive medo de não me considerarem, mesmo eu sendo, mesmo tendo passado por tudo o que uma pessoa negra passa (Estudante 03, 2023).

Fiquei um pouco nervosa, porque pensei que qualquer coisa iam dizer que eu não era uma pessoa negra (Estudante 04, 2023).

Foi estranho, porque é estranho você se submeter à opinião de outra pessoa. Fiquei me questionando: será que sou negra mesmo? Será que sou parda mesmo? (Estudante 15, 2023).

Os sentimentos dos estudantes ao passarem pela avaliação por uma banca de heteroidentificação destacam a profundidade em torno da identificação racial no Brasil. As falas evidenciam a ansiedade e o questionamento pessoal enfrentados pelos/as estudantes diante desse processo. Ao relacionar esses relatos com o debate sobre a identidade racial, torna-se evidente a influência de diversos fatores na autodeclaração e na percepção de pertencimento racial. O Estudante 02, por exemplo, expressa sua surpresa e desconforto ao questionar sua própria identidade racial, revelando como as

normas sociais e as expectativas em torno da negritude podem gerar dúvidas e inseguranças.

Já o Estudante 03 destaca a sua ascendência mista e seus traços físicos na percepção de sua própria identidade racial. Ele compartilha o medo de não ser considerado negro pela banca, apesar de ter vivenciado as experiências comuns à comunidade negra. Esse relato é importante para estabelecer uma conexão com o fenômeno do colorismo, em que, mesmo diante das distinções existentes, as pessoas negras com pele mais clara não estão imunes às injustiças do racismo.

As falas dos Estudantes 04 e 15 ressaltam a experiência de se submeter à avaliação de outra pessoa para determinar sua identidade racial. Ambos expressam dúvidas sobre sua própria autodeclaração e refletem sobre a influência externa na definição de sua identidade racial. Esses relatos evidenciam como as políticas de ação afirmativa, incluindo a reserva de vagas para pessoas negras nas universidades, podem gerar discussões complexas e desafiadoras sobre identidade racial. A avaliação por uma banca de heteroidentificação coloca em questão não apenas a autodeclaração dos(as) estudantes, mas também as percepções sociais e as normas que moldam a identidade racial no Brasil.

A resposta do Estudante 11 descreve uma violência sofrida durante esse processo, destacando as facetas de um racismo estrutural que coloca em questão a própria existência e pertencimento das pessoas (FANON, 2008):

Quando eu entrei, eu não tinha o cabelo que tenho hoje. Quando eu coloquei que passei, veio uma pessoa no meu perfil dizer que eu era branco e que ia me denunciar. E fiquei muito nervoso, porque é uma pessoa avaliando você e, por mais que seja negro, bate vários questionamentos. E naquela época eu estava no processo de me descobrir negro, de me tornar negro. Então, foi bem pesado e fui perguntar a alguns amigos, porque estava com medo de reprovar. Mas depois que conversei com outras pes-



soas e fui entender que eu realmente era negro, passei a olhar aquela situação com outros olhos e ignorei a mensagem (Estudante 11, 2023).

A vivência de ser confrontado por um processo em que outras pessoas têm o poder de definir sua identidade racial pode despertar inseguranças e ansiedades, independentemente do quão seguro alguém esteja em relação à sua negritude. Este processo traz à tona questões profundas sobre identidade e pertencimento, especialmente em um país como o Brasil, cujo contexto histórico é marcado pela miscigenação e diversidade racial. No Brasil, a mistura de etnias resultou em uma sociedade com características únicas e complexas. No entanto, essa diversidade não eliminou o racismo e a discriminação racial, pelo contrário, muitas vezes intensificou essas questões (ALMEIDA, 2019). Quando uma pessoa negra reivindica um direito que lhe é garantido, como uma vaga no ensino superior por meio de políticas de ação afirmativa, e é contestada por terceiros que negam sua identidade racial, isso reflete a reprodução de um padrão histórico de opressão e exclusão.

Essa dinâmica reforça a marginalização de grupos historicamente oprimidos, privando-os do acesso a oportunidades e recursos que deveriam ser garantidos a todas as cidadãs e cidadãos. É um lembrete doloroso de que, mesmo em um país tão diverso, a luta pela igualdade racial persiste como uma batalha constante. Sendo de fundamental importância que casos como esses sirvam como catalisadores para abrir um diálogo franco e construtivo. Este diálogo é essencial para esclarecer dúvidas, promover a compreensão mútua e buscar soluções que contribuam para a promoção da igualdade racial e a superação do racismo estrutural.

Em contrapartida a esse relato, o Estudante 05 compartilhou uma experiência diferente ao ser questionado sobre o processo de heteroidentificação, afirmando: "*Eu agi tranquilamente, porque tenho segurança com minha identificação*". Essa resposta revela que seu processo de reconhecimento e pertencimento é sólido, proporcionando-lhe

um sentimento de serenidade diante da situação. Isso destaca a necessidade crucial de fortalecer a identidade racial por meio da inclusão da educação para as relações étnico-raciais no currículo da educação básica e no ensino superior, bem como da promoção de diálogos abertos e inclusivos sobre a questão racial em espaços públicos. Essas medidas são fundamentais para promover uma compreensão mais ampla e respeitosa da diversidade racial e para combater o racismo estrutural em nossa sociedade.

Quando indagados(as) sobre suas opiniões em relação ao procedimento de heteroidentificação, as respostas dos(as) entrevistados(as) apresentaram variações, mas em sua maioria expressaram a percepção de que se trata de um procedimento relevante para coibir fraudes.

Acho que é necessário, porque infelizmente tem gente que é sem noção e tenta ocupar um espaço que não é deles. Ao meu ver, a banca não é humilhante, mas um procedimento necessário (Estudante 05, 2023).

Acho justo, porque não dá para confiar 100% na boa fé das pessoas e é bom dar uma verificada (Estudante 06, 2023).

Tem muita influência no combate às fraudes. Só quem está por dentro das bancas sabe quantas pessoas fingem demência, mesmo sendo pessoas brancas e tendo mais acesso à universidade. Mesmo com esse projeto de reparação, das cotas, que é voltado para pessoas negras, ainda tem pessoas brancas que se cadastram no sistema e querem tomar a vaga de uma pessoa negra, infelizmente. Mas é muito importante a banca por essa questão de avaliação para que não haja fraudes (Estudante 14, 2023).

As opiniões dos estudantes sobre o procedimento de heteroidentificação refletem uma preocupação com a integridade do sistema de cotas e a necessidade de coibir possíveis fraudes. Para o Estudante 05, o procedimento é considerado necessário para evitar que pessoas que não têm direito aquela vaga ocupem espaços destinados a outros grupos. Ele destaca que, embora não seja uma situação



confortável, a banca funciona como um mecanismo importante para garantir a justiça no acesso às vagas.

Essa percepção é compartilhada pelo Estudante 06, que considera justo o processo de verificação, visto que não se pode confiar totalmente que as pessoas irão usar a boa fé no momento em que reivindicam vagas tão concorridas como é o caso de uma graduação. Para ele, é uma medida prudente para garantir que as vagas sejam realmente preenchidas por aqueles/as que se enquadram nos critérios estabelecidos.

O Estudante 14 ressalta a influência significativa do procedimento na prevenção de fraudes. Ele destaca que, apesar das políticas de cotas serem voltadas para pessoas negras como forma de reparação histórica, ainda há casos de indivíduos brancos tentando se beneficiar indevidamente do sistema. Para ele, a banca de heteroidentificação desempenha um papel crucial na avaliação e no combate a essas tentativas fraudulentas, contribuindo para assegurar a efetividade das políticas de inclusão racial. Essa fala revela uma preocupação constante entre os membros de grupos historicamente desfavorecidos em relação aos seus direitos. Mesmo em situações de reparação, como as políticas de cotas raciais, há uma sensação de vigilância necessária para evitar que esses direitos sejam usurpados novamente.

Essa preocupação é compreensível considerando o contexto histórico de discriminação e exclusão que muitos grupos minoritários enfrentaram ao longo dos anos (GONZALEZ; HASENBALG, 1982). A luta por direitos iguais e oportunidades justas muitas vezes envolve a necessidade de estar alerta e vigilante contra possíveis retrocessos e injustiças. A banca de heteroidentificação surge como uma ferramenta para garantir a legitimidade e a eficácia das políticas de inclusão racial, protegendo assim os direitos conquistados através dessas medidas, exercendo um papel fundamental em assegurar que os beneficiários das cotas raciais realmente tenham acesso a elas (FELIPE, 2022).

Nesse sentido, a fala do estudante evidencia não apenas a importância prática da banca de heteroidentificação, mas também a impor-

tância simbólica de permanecer vigilante e engajado na defesa dos direitos conquistados. A luta pela inclusão racial não é apenas uma batalha por políticas afirmativas, mas também uma batalha pela manutenção e proteção dessas políticas contra qualquer forma de retrocesso ou injustiça. É um lembrete de que a luta por igualdade racial é contínua e requer esforços contínuos para garantir que as conquistas alcançadas não sejam desfeitas.

Opinião Sobre a Política de Cotas Raciais

Outro aspecto discutido nas entrevistas foi a percepção dos estudantes sobre a política de cotas raciais, destacando a questão da permanência na universidade, as oportunidades de ascensão social proporcionadas pelo acesso aos cursos de graduação e as transformações percebidas após a implementação da reserva de vagas.

Eu acredito que tem que existir e tem que se ampliar porque querendo ou não há um abismo entre a periferia e a universidade. Porque uma coisa é o preto entrar na universidade e outra coisa é ele permanecer. É muito difícil permanecer. E aí é que entra o Estado, a universidade com o amparo, né. Não é preciso só uma vaga, é preciso de um transporte, alimentação, livros, principalmente livros, porque os cursos exigem muito isso e a gente não tem dinheiro pra comprar. Então é muito importante que as cotas permaneçam e se ampliem dentro da universidade (Estudante 01, 2023).

Acho que são necessárias, para reparar um erro anterior. E todos falam “ah, não resolve”. Não resolve agora, mas a gente precisa que as pessoas entrem agora para no futuro mudar o cenário (Estudante 05, 2023).

Acho extremamente necessárias. Se partir do pressuposto que um grupo de pessoas passou mais de 3 séculos sendo impedidas de entrar em escolas e na educação, é extremamente importante. A gente rompeu com a escravidão há pouco mais de 100 anos, então não tem como a gente achar que essas pessoas es-

tão em paridade de igualdade de concorrer com pessoas brancas. Então, acho muito necessário (Estudante 07, 2023).

Acredito que elas são necessárias. Vou te dar um exemplo: minha irmã chegou na faculdade antes de mim. Eu cheguei a visitar a universidade com ela e me choquei, porque vi muita gente branca e me perguntei: cadê o pessoal moreno, pardo, negro aqui? Pra gente, esse acesso não é tão democrático assim ainda (Estudante 15, 2023).

As falas dos estudantes abordam diversas perspectivas sobre a política de cotas raciais, revelando a importância e os desafios enfrentados por essa medida de inclusão. O Estudante 01 ressalta a necessidade de ampliação das cotas, destacando que apenas oferecer vagas não é suficiente, sendo necessário garantir condições para a permanência dos(as) estudantes negros(as) na universidade, como transporte, alimentação e acesso a materiais didáticos. A questão da permanência dos(as) estudantes afeta diretamente na taxa de evasão, bem como na possibilidade de sucesso do(a) discente, sendo de extrema importância a universidade se atentar para isso.

As falas dos Estudantes 05 e 07 corroboram a necessidade das cotas raciais como uma forma de reparação histórica e de promoção da equidade. Eles/as argumentam que, embora as cotas possam não resolver imediatamente todas as desigualdades, são essenciais para garantir que as pessoas negras tenham acesso à educação e possam, no futuro, contribuir para mudanças significativas na sociedade. Já o Estudante 15 destaca a importância das cotas raciais ao evidenciar a falta de diversidade étnica nas instituições de ensino superior. Essa narrativa pode ser associada às teorias de Rita Segato (2004) e Jorge Carvalho (2004) sobre o predomínio de pessoas brancas no sistema universitário brasileiro no contexto anterior à adoção de cotas raciais no ensino superior público.

A perspectiva compartilhada por um dos estudantes do curso de Medicina, o qual não identificamos nem pelo número a fim de reforçar

a preservação da sua identidade para garantir sua privacidade, oferece uma visão significativa sobre a importância e as transformações percebidas em um curso historicamente marcado pela predominância de estudantes brancos:

Revolucionário. Isso fica nítido quando você entra aqui na Facs. A turma de 2020.1 é a primeira turma com cota racial. O diferencial em relação a todas as outras turmas é que ela é a única turma que por completo pode falar como era o antes e como é o depois, porque nós vimos esse antes e depois. A gente viveu numa época em que nós éramos a única turma que tinha pessoas negras e tinha mais onze turmas que não tinha. Então tirando os nove que entraram em 2020.1, acho que só tinha mais dois alunos negros. E aí a gente viu progressivamente isso mudando (Um dos estudantes do curso de medicina).

A sua fala é forte e reflete uma perspectiva revolucionária e profundamente significativa sobre a introdução das cotas raciais em seu curso. Ao descrever a turma de 2020.1 como a primeira a ser admitida por meio das cotas raciais, ele destaca uma mudança marcante e histórica na diversidade do curso. Essa turma tem o privilégio de testemunhar uma transição única, pois pode comparar diretamente a composição anterior do curso, em que a presença de estudantes negros(as) era escassa ou inexistente, com a situação atual, na qual a diversidade racial está se tornando mais visível e representativa.

O estudante ressalta a importância desse marco histórico, enfatizando que eles vivenciaram uma época em que a presença de estudantes negros/as era uma exceção, com apenas alguns poucos representantes em meio a uma maioria branca. No entanto, ao longo dos anos, essa realidade começou a se transformar progressivamente com a implementação das cotas raciais. Essa narrativa evidencia não apenas a mudança na composição étnica do curso, mas também o impacto positivo das políticas de ação afirmativa na promoção da diversidade e inclusão no ensino superior. Para o estudante, essa transformação representa um avanço rumo a uma educação mais



representativa e equitativa, na qual os(as) estudantes negros(as) têm a oportunidade de se verem representados(as) e de contribuir plenamente para a comunidade acadêmica.

Essa análise confronta diretamente os argumentos contrários às cotas raciais, os quais sugerem que o critério socioeconômico seria suficiente para abordar as desigualdades existentes no Brasil. De acordo com Moehleck (2002), alguns críticos argumentam que políticas voltadas para a população pobre beneficiariam indiretamente a população negra. No entanto, a realidade apresentada pela perspectiva daqueles(as) que testemunharam as mudanças em um curso tão elitizado e concorrido como o de Medicina é diferente. Com relação à experiência da Uern, acrescenta-se que a instituição já ofertava cotas sociais desde 2004, no entanto, a narrativa acerca do curso de Medicina evidencia como o corpo discente era composto, em sua maioria, por pessoas brancas.

Sem a implementação das cotas raciais, é improvável que a população negra ocupasse os espaços que, ao longo dos anos, foram predominantemente preenchidos pela população branca. A presença significativa dos(as) estudantes negros(as) na turma de 2020.1, como mencionado pelo estudante de medicina, reflete claramente o impacto positivo das cotas raciais na diversidade e inclusão dentro do curso. Essa experiência concreta contradiz a ideia de que políticas sociais genéricas seriam suficientes para abordar as disparidades raciais profundamente enraizadas no país. A introdução das cotas raciais não apenas reconhece a necessidade de medidas específicas para enfrentar o racismo estrutural e institucional, mas também demonstra sua eficácia em criar oportunidades igualitárias para grupos historicamente marginalizados.

Considerações Finais

Compreender as avaliações, dificuldades e opiniões dos(as) estudantes sobre o processo que enfrentaram, bem como suas percepções sobre a política de cotas raciais é essencial para que suas vozes

sejam consideradas nas avaliações institucionais dessas políticas. Essa abordagem centrada nos(as) estudantes permite uma análise mais integrada das políticas de ação afirmativa, identificando lacunas e áreas de melhoria para garantir uma experiência educacional mais inclusiva.

Ao dar voz a estudantes cotistas da Uern, foi possível entender melhor os desafios que enfrentam, suas necessidades específicas e as barreiras que precisam ser superadas para promover uma educação superior equitativa. Esse espaço também possibilitou compreender melhor como se deram os processos de admissão para cotistas raciais em seu primeiro ano de implementação, coincidindo com o início da pandemia. Essa conjuntura gerou desafios tanto para os/as candidatos/as quanto para a instituição. A análise desses processos permitiu uma visão das dificuldades enfrentadas durante a seleção e ingresso, bem como das medidas tomadas pela universidade para lidar com as circunstâncias excepcionais da época.

As políticas de cotas sociais e raciais no Rio Grande do Norte representam um marco no acesso ao ensino superior público, visando mitigar desigualdades históricas enfrentadas por minorias. A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern) desempenhou um papel pioneiro no contexto das políticas de ação afirmativa no estado, especialmente no acesso ao ensino superior. Embora as cotas sociais tenham sido asseguradas por uma lei de 2002 e implementadas a partir de 2004, as políticas específicas para pessoas negras só foram garantidas no ano letivo de 2020, refletindo uma atualização tardia no reconhecimento das disparidades raciais no sistema educacional. A demora na implementação de cotas raciais na Instituição reflete o racismo acadêmico e institucional no sistema universitário brasileiro.

A Uern foi também a primeira instituição do estado a regulamentar e implementar o Procedimento de Heteroidentificação no processo de ingresso para cotistas raciais, em 2020. Esse procedimento, adotado como complemento à autodeclaração dos(as) candidatos(as) pretos/as, pardos/as e indígenas, tem como objetivo verificar a veracidade





das informações prestadas e garantir a efetiva implementação das políticas de cotas raciais. Ao instituir esse processo, a Uern demonstrou seu compromisso com a oferta de vagas para grupos historicamente excluídos e com a transparência e integridade do sistema de cotas.

Foi observado que a maioria dos(as) estudantes entende as cotas e o procedimento de heteroidentificação como algo positivo e necessário, mas apontam para a necessidade de aprimoramento, especialmente na orientação aos/às candidatos/as. Os/as participantes da pesquisa reconhecem o procedimento como fundamental para garantir a efetividade da política de cotas na instituição, visando evitar fraudes.

É crucial destacar que as cotas raciais vão além de corrigir desigualdades históricas; visam também promover uma transformação cultural e estrutural que reconheça e celebre a diversidade racial. Ao implementar políticas de ação afirmativa, as instituições de ensino abrem as portas da educação superior para grupos historicamente marginalizados e promovem a ascensão social desses grupos, que por muito tempo foram relegados à margem da sociedade e sofreram exclusão contínua.

Em suma, as experiências compartilhadas pelos(as) estudantes revelam uma variedade de percepções sobre os benefícios e obstáculos enfrentados no ambiente acadêmico. Muitos enfatizaram a necessidade de apoio contínuo e políticas complementares para garantir o sucesso acadêmico, a permanência e a plena integração na universidade. Além disso, destacaram a importância de um ambiente inclusivo que valorize a diversidade e combata o racismo estrutural e institucional ainda presente na sociedade brasileira.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. E-book Kindle.

CARVALHO, José Jorge. As propostas de cotas para negros e o racismo acadêmico no Brasil. **Sociedade e Cultura**, vol.4, p. 13-30, 2001.

CARVALHO, José Jorge. Uma Proposta de Cotas para Negros e Índios na Universidade de Brasília. **O público e o privado**, n. 3, p. 9-59, 2004.

CHIROLEU, Adriana. Políticas públicas de inclusión en la educación superior: Los casos de Argentina y Brasil. In: **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 2 (59), p. 141-166, 2009.

CHIROLEU, Adriana. ¿Ampliación de las oportunidades en la educación superior o democratización? Cuatro experiencias en América Latina. In: **Revista Actualidades Investigativas en Educación**, vol. 13, n. 3, p. 1-24, 2013.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FELIPE, Delton Aparecido. SILVA, Vera Regina Rodrigues da. Apresentação do Dossiê – Os Feitos e os Efeitos das Cotas Raciais no Brasil: Avanços, Desafios e Possibilidades. **Revista Escritas do Tempo**, v.4, n.10. p. 4-9. jan-abr 2022.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. 49ª ed. São Paulo: Editora Global, 2004.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. In: **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31, p. 25-49, 2016.

KATCHANOVSKI, Ivan; NEVITTE, Neil; ROTHMAN, Stanley. Race, Gender, and Affirmative Action Attitudes in American and Canadian Universities. In: **Canadian Journal of Higher Education**, Vol. 45, n. 4, p. 18-41, 2015.

MOEHLECKE, Sabrina. “Ação afirmativa: história e debates no Brasil”. **CADERNOS DE PESQUISA**, São Paulo, Autores Associados e Fundação Carlos Chagas, nº 117, p. 197-217, 2002.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Abdias Nascimento e as políticas afirmativas. In: Terceiro Milênio: **Revista Crítica de Sociologia e Política**, Ano 1, nº 01, p. 9-19, 2013.



OLIVEIRA, Aila. **Sobre Escalas, Colorismo e Padrões de Aceitação**. Blogueiras Negras, 2015. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/a-cor-da-dor/>. Acesso em: 04 mar. 2024.

SEGATO, Rita. Por que reagimos às cotas para negros? **O público e o privado**, n. 3, p. 61-81, 2004.

Notas

- 1 A pesquisa conta com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de Bolsa de Produtividade em Pesquisa, e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- 2 Graduada em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern); Mestra em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH-Uern); Pós-Graduada em Direito e Processo Constitucional; Pós-Graduada em Direito Público; Pesquisadora do Observatório do Direito à Educação na Universidade de São Paulo (ObsEdu-USP); Residente em Direito na Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte. ORCID nº <http://orcid.org/0009-0004-5406-2861>. E-mail: anaqrsilva@gmail.com
- 3 Graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí (1998); Mestre em Filosofia (2002) e Doutor em Sociologia (2009) pela Universidade de Brasília. Realizou, em 2007, Doutorado Sanduíche na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (UNL); Realizou pós-doutorado na Universidade de Évora, em Portugal (2019 a 2020). É Investigador Colaborador do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS Nova) da Universidade de Évora (UÉvora). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ensino (UERN/Ufersa/IFRN); Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e do Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO/UERN/UFERSA/IFRN), além de Colaborador no Programa de Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO). ORCID nº <https://orcid.org/0000-0002-1165-5761>. E-mail: guilhermepaiva@uern.br